

ACERCA DAS APORIAS DA NARRATIVA JORNALÍSTICA

SUR LES APORIES DU RÉCIT JOURNALISTIQUE

Adriano Duarte RODRIGUES¹
Universidade Nova de Lisboa | Portugal

Resumo

Demarcando-se das abordagens críticas, muito frequentes nos estudos de comunicação, este artigo pretende mostrar que as narrativas jornalísticas pertencem ao conjunto das atividades intersubjetivas que as pessoas realizam para constituírem a sua experiência do tempo e, deste modo, resolverem em cada situação concreta, as suas aporias. Para isso, dedica a primeira parte à descrição dos dispositivos indexicais e sintáticos que as pessoas mobilizam para formarem os enredos das histórias que contam umas às outras.

Palavras-chave

Aporia; Indexicalidade; Intersubjetividade; Narrativa jornalística; Temporalidade.

Résumé:

Tout en se démarquant des approches critiques, très fréquentes dans les études de communication, cet article prétend montrer que les récits journalistiques appartiennent à l'ensemble des activités intersubjectives par lesquelles les êtres humains constituent leur expérience du temps et trouvent ainsi, dans chaque situation concrète, la solution à ses apories. Pour y arriver, il s'attarde, dans une première partie, sur la description des dispositifs indexicaux et syntaxiques que les personnes mobilisent pour la formation des intrigues des histoires qu'elles se racontent.

Mots-clés:

Aporie; Indexicalité; Intersubjectivité; Récit journalistique; Temporalité.

EIXO TEMÁTICO

RECEBIDO EM 21 DE OUTUBRO 2017
ACEITO EM 3 DE NOVEMBRO DE 2017

¹ Doutor em Comunicação pela Universidade de Lovaina, Bélgica. Graduado em Teologia e Sociologia pela Universidade de Estrasburgo, França. Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa desde 2012. Fundador do curso de Ciências da Comunicação, na mesma universidade. Membro de Conselhos Editoriais em revistas estrangeiras, publicou diversas obras, sendo a mais recente, "O Paradigma Comunicacional" (2011). Contato: adrodrigues42@gmail.com.

Introdução

O tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de modo narrativo e a narrativa atinge plena significação quando se torna uma condição da existência temporal. (Ricoeur 1999 I: 105)

A credibilidade é um dos valores indiscutíveis dos juízos acerca das narrativas jornalísticas. É aparentemente o que as distingue das narrativas ficcionais e costuma também ser invocada como critério de distinção em relação às histórias que surgem postadas nos diversos dispositivos eletrônicos a que se convencionou dar o nome de redes sociais (Becker, B. 2012). De fato, o valor das narrativas jornalísticas, tal como aliás das narrativas históricas, parece depender da prévia averiguação da ocorrência dos fatos relatados, ao passo que o valor das histórias fictícias não depende evidentemente da existência mas da autenticidade da experiência dos fatos imaginários relatados. As narrativas que circulam nos dispositivos eletrônicos, por sua vez, possuem uma valorização híbrida, uma vez que o seu valor depende, ora da averiguação da ocorrência dos fatos relatados ora da autenticidade da experiência imaginária relatada, consoante a natureza, histórica ou fictícia, do discurso postado.

Os mais recentes estudos sobre as narrativas jornalísticas na área da comunicação, ora incidem sobre questões que têm a ver com educação do público para a compreensão das regras que orientam o trabalho jornalístico (Citelli, A. 2010; Peres, A.C. 2016), ora procuram identificar as características específicas das narrativas que circulam na internet, de modo a poderem mostrar aquilo que as distingue das narrativas produzidas por jornalistas profissionais no quadro das empresas do setor (Corrêa, E. S. & Bertocchi, D. 2012). O meu objetivo situa-se a montante das preocupações destes estudos: vou procurar mostrar que as narrativas jornalísticas, independentemente do ambiente em que são produzidas, são atividades intersubjetivas que obedecem aos mesmos princípios que as outras atividades narrativas, tanto históricas como ficcionais, e consistem em atividades específicas que as pessoas realizam para resolverem concretamente as aporias do tempo com que a experiência humana está inevitavelmente confrontada. Pretendo, por isso, mostrar que as narrativas jornalísticas não escapam às aporias de qualquer criação narrativa, aporias

bem conhecidas dos historiadores e que têm alimentado a reflexão filosófica desde os pré-socráticos. Começarei, por isso, por recordar que a natureza da experiência do tempo é aporética, para depois procurar mostrar que, embora não tenham solução, estas aporias são concretamente resolvidas e encontram solução quando as pessoas contam histórias umas às outras, incluindo as que se podem observar na atividade narrativa em que as pessoas se envolvem no quadro dos ambientes produzidos pelos dispositivos midiáticos.

A relação da atividade narrativa com a natureza aporética do tempo

Recordo que o termo *aporia* designa uma dificuldade de passagem, de avançar por um caminho, um embaraço ou uma impossibilidade de decidir a via a seguir (em grego, *poros* designa, em sentido próprio, passagem, leito de um rio, ponte, via, caminho e, em sentido figurado, meio ou recurso para atingir um objetivo).

Como pretende relatar fatos ocorridos, qualquer discurso narrativo joga inevitavelmente com as aporias do tempo e, como veremos, a narrativa jornalística não escapa evidentemente a esta condição aporética de qualquer discurso narrativo.

Podemos ler no livro XIV das *Confissões* de Santo Agostinho uma das mais claras formulações conhecidas das aporias do tempo:

O que é o tempo? Se ninguém mo pergunta, sei o que é; mas se quero explicá-lo a quem mo pergunta, não sei: no entanto digo com segurança que sei que, se nada passasse, não existiria o tempo passado, e, se nada adviesse, não existiria o tempo futuro, e, se nada existisse, não existiria o tempo presente. De que modo existem, pois, esses dois tempos, o passado e o futuro, uma vez que, por um lado, o passado já não existe e, por outro, o futuro ainda não existe? Quanto ao presente, se fosse sempre presente, e não passasse a passado, já não seria presente, mas eternidade. Logo, se o presente, para ser tempo, só passa a existir porque se torna passado, como é que dizemos que existe também este, cuja causa de existir é aquela porque não existirá, ou seja, não podemos dizer com verdade que o tempo existe senão porque ele tende para o não existir? (Agostinho 2000: 567-568).

A resposta às questões formuladas por Santo Agostinho parece óbvia: o tempo em si não existe, a sua existência decorre da ou é

constituída pela linguagem. É só porque somos seres falantes, dotados de linguagem, que, ao falarmos, o constituímos como dimensão da nossa experiência humana. É por isso que contar histórias é uma atividade tão importante para os seres humanos que encontramos desde que há registos da humanidade (Ricoeur 1991; Kearney 2002). São, por conseguinte, as pessoas que, ao falarem, o constituem. Sabemos que Aristóteles procurou dar do tempo uma definição física, fazendo-o depender das leis que regulam o movimento dos astros, mas mesmo aí confronta-se com uma outra dificuldade inultrapassável, decorrente do fato de o ritmo do movimento dos astros só existir na configuração astronómica em que o nosso planeta está atualmente situado. Como, fora desta configuração, o ritmo do movimento dos astros é diferente, aquilo que para Aristóteles serve de medida do tempo não é universal mas particular à situação astronômica do planeta em que vivemos. Em todo o caso, Aristóteles não resolveu propriamente a questão da natureza do tempo, mas a do critério para a sua medida. Mas o que é que medimos quando medimos o tempo? Apesar do avanço dos conhecimentos da física ao longo dos séculos, a pergunta que Santo Agostinho formulou, a de saber em que consiste o tempo, permanece, ainda hoje, sem resposta.

Os dispositivos de constituição do tempo

Vejamos então aquilo que faz com que as pessoas constituam o tempo. Penso que podemos dizer que é quando falam que as pessoas o constituem, utilizando para o efeito dois dispositivos da linguagem: o dispositivo a que os linguistas dão o nome de indexical ou indicial e o dispositivo narrativo. Vejamos brevemente em que consiste cada um destes dispositivos.

O dispositivo indexical

O dispositivo indexical da linguagem consiste na ancoragem da fala à sua enunciação e pode eventualmente ser manifestado nos enunciados que os falantes produzem, pelo uso de expressões que as pessoas utilizam sempre que pretendem referir explicitamente essa ancoragem (Bar Hillel 1970; 1971; Ducrot 1981; Rodrigues 2005: 63-108). Assim, por exemplo, a utilização de advérbios de tempo e de outras expressões temporais (ontem, hoje, amanhã, antes de, depois de, e a seguir, etc.), tal como as desinências das expressões verbais são manifestações da natureza indexical da linguagem responsáveis pela constituição do tempo do

discurso. Assim, cada vez que alguém fala constitui esse instante como eixo do presente, a partir do qual constitui, pela mobilização da faculdade da memória, o que aconteceu antes como passado, tal como, pela mobilização da faculdade da previsão, constitui o que acontecerá depois como futuro. Como vemos, não existe propriamente um presente, um passado e um futuro, mas passa a existir a partir do instante em que alguém toma a palavra.

Além dos dispositivos indexicais de tempo, as pessoas ancoram evidentemente também a sua fala às outras instâncias da atividade enunciativa, nomeadamente às instâncias de pessoa e de lugar. Assim, quando os falantes referem a ancoragem da sua fala à entidade que a produz utilizam a primeira pessoa do verbo e do pronome pessoal, quando referem a ancoragem da sua fala à entidade com a qual se envolvem na atividade enunciativa utilizam a segunda pessoa do verbo e do pronome pessoal ou outra forma retórica equivalente, como o *ocê*, quando, por seu turno, referem a relação que as instâncias referidas em conjunto pela primeira e pela segunda pessoa utilizam a terceira pessoa do verbo e do pronome pessoal. O mesmo se passa com a ancoragem da fala com a instância de lugar. Assim, para referirem a ancoragem da sua fala ao lugar em que ocorre a enunciação os falantes utilizam as expressões adverbiais de lugar *aqui* e *aí* ou equivalente, consoante se estejam referindo respetivamente ao lugar em que se encontra o falante ou aqueles com quem fala, no momento em que está falando. Tal como o tempo também as pessoas e a localização não existem em si mesmas: não existe ninguém que seja um *eu* ou um *ocê*, tal como não existe nenhum lugar que seja em um *aqui* ou um *aí*. Trata-se de entidades constituídas sempre que alguém toma a palavra e referindo-se a pessoas e lugares sempre diferentes.

É importante não esquecer que esta ancoragem da fala às instâncias enunciativas existe mesmo que o falante não a explicita através dos dispositivos que a linguagem põe à disposição das pessoas para a referirem. Por outras palavras: mesmo que o falante não utilize expressões indexicais na sua fala, construindo, por exemplo, todos seus enunciados na terceira pessoa, como acontece predominantemente nos discursos e nas narrativas jornalísticas e históricas, a fala não deixa evidentemente de estar ancorada indexicalmente à situação enunciativa que a produz.

Em que condições então é o falante levado a explicitar esta ancoragem indexical à situação enunciativa, utilizando expressões indexicais? Para responder a esta pergunta temos evidentemente que ter em conta a natureza do ambiente em que a atividade enunciativa acontece. No caso de atividades narrativas realizadas face a face, quando o narrador está na presença física da(s) pessoa(s) a quem endereça a sua narrativa, na presença do/as narratário/as, o falante não precisa habitualmente de explicitar as instâncias enunciativas, uma vez que elas são obviamente manifestas para todos quantos tomam parte na atividade enunciativa em que estão envolvidos; não precisa de referir em que momento e em que lugar está, nem de se referir a si próprio e às pessoas com quem fala para todos saberem quem está falando, com quem, em que lugar e em que momento. Neste ambiente, a explicitação dos dispositivos indexicais não são por isso habitualmente utilizados propriamente para identificarem ou referirem as instâncias envolvidas na narração, a não ser por razões retóricas, tais como para sublinhar ou chamar a atenção para instâncias envolvidas na atividade enunciativa (sou eu que estou a falar contigo; hoje é o dia dos meus anos; é contigo que estou falando; é a mim que dizes isso?...) ou para referirem atividades enunciativas realizadas, noutras circunstâncias, pelos intervenientes da atividade em que estão envolvidos, assim como para referirem atividades enunciativas de outras entidades referidas na atividade enunciativa em que estão envolvidas. Nestes dois últimos casos, os dispositivos indexicais asseguram uma importante função, a de constituírem e manifestarem a dimensão dialógica da linguagem, isto é, a inserção dentro da atividade enunciativa atual da narração de outras atividades enunciativas ocorridas noutras circunstâncias passadas. Para efetuarem a dimensão dialógica, os falantes têm à sua disposição dispositivos específicos, tais como a citação em discurso direto, em discurso indireto e em discurso indireto livre (Bakhtine 1977).

No caso de atividades enunciativas realizadas em ambientes constituídos por outros dispositivos técnicos, tais como a escrita, o telefone fixo, a rádio, a televisão, o telefone celular ou os dispositivos electrónicos, ambientes em que narrador e narratário/as não se encontram fisicamente copresentes, mas através de manifestações parciais e/ou delegadas da sua presença, as pessoas têm evidentemente que utilizar os dispositivos indexicais, não só por razões retóricas ou para referirem as atividades narrativas de outras entidades referidas na

narração, mas também para referirem as instâncias responsáveis pela própria atividade narrativa em que elas próprias estão envolvidas. Vejamos o seguinte exemplo retirado de uma notícia do Jornal da Tarde da RTP1, no dia 1 de Abril de 2013:

Boa tarde. Sessenta pessoas que estavam num acampamento em Campo Maior tiveram que ser retiradas esta madrugada. A subida do Rio Xévorá isolou o local e os bombeiros foram obrigados a intervir.

Neste exemplo de uma notícia jornalística televisiva, o narrador utiliza os verbos no pretérito (estava num acampamento, tiveram que ser retiradas, foram obrigados a intervir) como expressões do dispositivo indexical para referir um tempo passado em relação ao momento em que realiza a narração e não em relação ao passado de atividades das pessoas referidas pela narração. É por isso que, para podermos identificar a que tempo passado estes pretéritos se referem, temos que saber que se trata de uma notícia do dia 1 de Abril de 2013. Podemos ainda considerar que os nomes próprios Campo Maior e rio Xévorá também são expressões indexicais, uma vez que para sabermos que se referem a locais situados no sul de Portugal e não noutra país, como por exemplo no Brasil, temos que saber que se trata de uma notícia de uma televisão portuguesa, a RTP1. Estes saberes, que temos que mobilizar para identificar o tempo e os lugares a que o narrador se refere, precisam de ser expressamente referidos porque, não se tratando de uma narrativa realizada face a face, não são obviamente manifestos para todos os narratários potenciais. Se não conseguirmos identificar estas referências por não termos acesso às expressões díticas que as constituem, esta narrativa será evidentemente compreensível porque está escrita numa língua que conhecemos, mas será uma narrativa enigmática, uma vez que não somos capazes de identificar nem quando nem onde os acontecimentos narrados aconteceram. Vejamos agora a aporia da medida do tempo, expressa já com toda a clarividência por Santo Agostinho e que Aristóteles tentou resolver apelando para a física. O que é que nós consideramos o presente? Depende evidentemente da maneira como o constituímos quando medimos o tempo em estamos a falar. Podemos referi-lo como agora, neste instante, hoje, esta semana, neste mês, neste ano, neste século, etc. O mesmo se passa evidentemente com as medidas do

passado (ontem, na semana passada, no ano passado...) e do futuro (amanhã, na próxima semana, no próximo ano, no próximo século...). Tudo parece indicar que a solução das aporias do tempo não depende de uma regra geral, mas de uma decisão que as pessoas têm que tomar em cada situação concreta em que falam.

O dispositivo narrativo de constituição do tempo

Além da natureza indexical, os falantes têm ainda à sua disposição um outro dispositivo responsável pela solução das aporias do tempo, o dispositivo narrativo da linguagem, constituído pelos predicados de ação. Damos o nome de predicados de ação às expressões gramaticais que referem transformações de estados de pessoas, de objetos, de acontecimentos. Habitualmente utilizamos o termo mundo para referir o conjunto das entidades que são objeto de transformação por parte dos predicados de ação.

O conjunto dos predicados de ação de uma narrativa são o principal dispositivo da linguagem que as pessoas utilizam para constituírem aquilo a que damos o nome de enredo ou de intriga. Por intriga entendemos, por conseguinte, a organização narrativa das transformações do mundo operadas pelos predicados de ação; por predicados de ação, ao contrário dos predicados de estado, entendemos as formas verbais que podem ser traduzidas pelo verbo fazer x. É a articulação destes predicados de ação que opera a transformação daquilo que podemos designar como mundo e desta articulação resulta aquilo a que damos o nome de intriga que encontramos em qualquer narrativa, quer ela seja histórica, jornalística ou ficcional. É por isso que Aristóteles, na Poética (2000), dizia que a transformação operada pela narrativa é uma atividade poética e mimética que pode ser eufórica ou disfórica, fasta ou nefasta, consoante dessa transformação resultar a melhoria do estado do mundo ou a degradação do estado mundo.

Como vemos é o fato de sermos seres dotados de competência linguística, competência que, como vemos, é de natureza indexical e narrativa, que faz com que o tempo seja objetivado, constituído como realidade objetiva, no sentido de realidade colocada diante de nós, de se converter em objeto da percepção e da experiência dos seres humanos. Assim, apesar de o passado já não existir, de o futuro ainda não existir e do presente deixar de existir no mesmo instante em que falamos, passam a existir objetivamente, como objetos designados pela fala, no momento

em que alguém, tomando o lugar de fala, os refere pelos dispositivos indexicais da linguagem e os constitui pelos dispositivos narrativos. O passado passa a existir como objeto rememorado, ao passo que o futuro passa a existir como objeto projetado do ato enunciativo. É por isso que Paul Ricoeur (1991) podia dizer que a atividade narrativa revela a relação da linguagem com a memória, conferindo-lhe uma dimensão mnésica, dimensão que Aristóteles (2000) fazia depender da atividade poética e mimética.

Como vemos, o único presente possível é o do instante da enunciação, do momento em que alguém toma a palavra. É por isso que, mesmo quando os fatos narrados estão acontecendo no momento em que alguém os narra, como é o caso dos discursos jornalísticos “em direto” (ao vivo), há sempre uma distância ou um abismo incomensurável entre eles e a sua narração. Essa distância tem a ver com o fato de o narrador os situar a partir de uma perspectiva, de um ponto de vista a partir do qual os observa, ponto de vista único ao qual nenhuma outra pessoa pode ter acesso além do seu narrador. Existe, por conseguinte, sempre um hiato intransponível entre a ocorrência dos acontecimentos narrados e a ocorrência de um outro acontecimento, o do discurso único e irrepetível da sua narração. Tomemos o exemplo de um relato televisivo em direto (ao vivo) de um jogo de futebol ou do relato em direto (ao vivo) de uma manifestação. Por mais que o jornalista, numa reportagem em direto, se esforce por mostrar o que se passa no estádio ou nas ruas em que a manifestação está acontecendo, por mais câmaras que sejam instaladas, aquilo que o telespetador vê não é o que as pessoas que estavam assistindo ao jogo no estádio ou participando da manifestação viveram e viram; aquilo que os telespetadores veem não poderia ter sido visto e experienciado por mais nenhuma pessoa que estava no estádio ou na manifestação a não ser pelo jornalista. O que os telespetadores veem é o resultado daquilo que o jornalista constitui pela sua narração, a partir do lugar em que ele e a/s câmara/s se encontram. É a sua narração que objetiva o acontecimento que ele narra, que o constitui como objeto de percepção. Bem vistas as coisas, o acontecimento que o telespetador observa é o acontecimento do discurso do jornalista, para o qual o acontecimento narrado é o pré-texto, no sentido etimológico de texto prévio, discurso do jornalista ao qual tanto o telespetador como os que estavam no estádio ou na manifestação nunca poderão ter acesso, no momento em que ele ocorre.

É precisamente a natureza indexical da narrativa que tanto o historiador como o jornalista procuram evitar, ao limitarem a sua narrativa ao relato dos fatos ocorridos no passado, próximo ou distante. A história procura tornar-se narrativa dos factos, não observados pelo historiador, mas pelas pessoas que foram contemporâneas dos factos passados que ele narra. A narrativa jornalística procura dar conta de factos observados pelo jornalista ou por testemunhas diretas, mas não observados pelo jornalista. Mas, ao pretender eliminar a natureza indexical da sua narração dos factos relatados, tanto o historiador como o jornalista estão confrontados com uma outra aporia, a de fazer intervir na sua narração o seu conhecimento presente daquilo que viria a acontecer depois da ocorrência desses fatos e das questões que esse conhecimento suscita no momento da narração, conhecimento que os contemporâneos desses factos ou que neles participaram não poderiam sequer imaginar.

Como vemos, ao pretender resolver a aporia da natureza indexical da narrativa dos factos passados, tanto o historiador como o jornalista deparam-se inevitavelmente com uma outra aporia, a da natureza indexical da sua própria narrativa dos contemporâneos dos fatos ou dos participantes nos fatos que eles narram.

Chegado a este ponto, na sequência daquilo que acabei de descobrir, poderia ser levado a pensar que a delimitação e a medição das dimensões do tempo dependem apenas da decisão de quem toma a palavra, do narrador. Nesse caso, quando o narrador diz *hoje aconteceu* todas as pessoas saberiam a que dia os acontecimentos relatados se referem. Mas não é o caso. Mesmo no caso de narrativas orais feitas face a face, o narrador tem que contar inevitavelmente com a colaboração dos seus interlocutores para objetivar o tempo e a duração dos factos relatados. Esta colaboração é, no entanto, ainda mais evidente nas narrativas que são realizadas em ambientes constituídos por outros dispositivos mediáticos que, por definição, autonomizam e alargam os diferentes intervenientes no processo da atividade narrativa, como é o caso dos dispositivos da escrita, telefónico, radiofónico, televisivo e eletrónico.

Contar uma história, quer se trate de um relato de acontecimentos efetivamente ocorridos quer ela seja relato de acontecimentos imaginários, é sempre realização de uma atividade poética, no sentido de invenção configuradora da linguagem. É por ser uma atividade poética que não contamos as mesmas histórias a todas as pessoas nem contamos

a mesma história a pessoas diferentes da mesma maneira. Como procurarei mostrar, a natureza da atividade poética narrativa é, por conseguinte, eminentemente intersubjetiva. Uma narrativa é sempre uma atividade discursiva provocada pelas pessoas que o narrador reconhece como parceiros dessa atividade. O narrador é levado a fazer escolhas em função da percepção que ele tem da sua relação com essas pessoas, assim como daquilo que está em jogo na interação que tem com essas pessoas, no momento em que produz a sua narrativa.

Gostaria agora de mostrar a diferença na maneira de o jornalista e o historiador construírem as narrativas de acontecimentos efetivamente ocorridos. Enquanto o historiador pretende narrar acontecimentos de que ele não foi testemunha nem direta nem indiretamente, de modo a não fazer intervir na sua narração o seu ponto de vista particular, o jornalista pretende narrar acontecimentos de que foi testemunha direta ou indireta.

Deste modo, enquanto a narrativa do historiador continua refém da aporia decorrente da sua pretensão de validade universal da sua narrativa, mas evita a aporia decorrente da sua relação com o presente, o jornalista está confrontado com duas aporias, a de ser narração do presente e a de pretender fazer uma narração universal, destinada a ser compreensível e aceite por todos.

Acerca da impossibilidade da narração do presente

Alguns autores costumam considerar a narrativa jornalística como história do presente, distinguindo-a por isso da narrativa histórica que narra o passado. Mas que entendemos por narração do presente, depois do que vimos a propósito das aporias do tempo? Onde começa, onde acaba e qual a duração do presente narrado pelo jornalista? Se considerarmos que o presente é o instante que surge e desaparece no mesmo momento em que o narrador toma a palavra, temos que considerar que o presente não se pode narrar a não ser depois de ter passado. O mais que podemos dizer é que a narrativa do jornalista narra acontecimentos ou factos ocorridos num passado recente e que, por conseguinte, ainda não é possível narrar os efeitos que só a médio e a longo prazo deles resultarão.

Para entendermos em que consiste a aporia da narração do presente, temos, por conseguinte, que ter em conta que qualquer discurso resulta do funcionamento de uma instância enunciativa, constituída por um enunciador situado no momento e no lugar em que ocorre a produção

do enunciado. O discurso narrativo consiste na narração de acontecimentos ocorridos num tempo necessariamente anterior e num lugar distinto daquele em que o enunciador se encontra no momento em que produz o enunciado narrativo.

Gostaria agora de referir um dos fenómenos mais fascinantes da narrativa jornalística, o provocar a ocorrência de acontecimentos específicos, realizados de propósito para serem narrados e deste modo adquirirem visibilidade pública. A ocorrência de atentados em momentos e em locais em que existe a possibilidade de serem objeto de reportagem jornalística ou a marcação de eventos ou de declarações nos horários noticiosos são exemplos eloquentes deste fenómeno. O que este fenómeno põe em relevo é a natureza intersubjetiva de toda a atividade narrativa, a que voltarei mais adiante. Antes, porém, tentarei mostrar que a narrativa revela a solução poética como as pessoas resolvem as aporias do tempo.

A narração é a ultrapassagem poética do hiato entre o presente da atividade narrativa e os factos passados do enredo narrado. O narrador utiliza os recursos narrativos da linguagem para preencher simbolicamente o fosso entre o presente efémero, único e irrepitível do momento em que narra e os factos relatados ao longo da construção da intriga narrativa. É por isso que Aristóteles (2000) definia a narração como uma atividade poética mimética.

A natureza intersubjetiva da poética narrativa

Gostaria agora de mostrar que o trabalho narrativo é uma atividade intersubjetiva, uma vez que é sempre provocada por aquilo que está em jogo na atividade comunicativa, o que faz com que o narrador seja levado a narrar aquilo que considera relevante para as pessoas a quem endereça a sua narração. As expressões utilizadas para referir as pessoas, os objetos, os acontecimentos envolvidos na intriga resultam daquilo que o narrador considera relevante para a atividade comunicativa em que está envolvido no momento em que constrói a sua narrativa. Mas a natureza intersubjetiva do trabalho narrativo é sobretudo evidente num fenómeno extraordinário descoberto, no final dos anos 1960, por Harvey Sacks, nas suas lições sobre a conversa (1995, páginas 764 e ss.).

Quando interagem entre si, as pessoas contam histórias umas às outras que se apresentam aos pares: quando uma pessoa conta uma história a pessoa a quem a conta encadeia uma segunda história. Ao

contar uma segunda história, as pessoas realizam pelo menos duas coisas: mostram, por um lado, que entenderam aquilo que a pessoa que contou a primeira história queria dizer e, por outro lado, asseguram a sua afiliação àquilo que está em jogo na atividade comunicacional em que estão envolvidas com a pessoa que contou a primeira história. Por seu lado, a pessoa que conta a primeira história habitualmente começa por produzir um prefácio narrativo (por exemplo: posso te contar o que vi ontem à tarde?; sabes a melhor?; conheces bem o Paulo?). Ao produzir o prefácio narrativo, a pessoa que conta a primeira história, não só adquire o direito a prolongar o seu turno de fala, mas também dá instruções à outra pessoa para que possa identificar o que pretende mostrar com a história que vai contar e saiba quando a sua história estará terminada, de modo a que possa, por seu turno, encadear com ela uma segunda história.

Mesmo nos debates, nas reportagens e nas entrevistas em ambientes criados pelas mídias radiofônicas ou televisivas, podemos observar que as histórias são produzidas aos pares, deste modo revelando que as pessoas se envolvem em atividades comunicacionais intersubjetivas. No entanto, quando estamos perante narrativas jornalísticas em que os interlocutores não se encontram presentes fisicamente, como é o caso, por exemplo, de jornais televisivos, as histórias surgem como segundas histórias. Vejamos a seguinte notícia do Jornal Nacional da Globo de 23 de Março de 2018:

Agora no Jornal Nacional. Na semana em que o Ministério da Saúde passou a recomendar a vacinação contra a febre amarela, em todas as regiões brasileiras os números oficiais do Governo mostram que diminuiu a procura pela principal forma de prevenção da doença. E de outras também...

A uma primeira história narrada pelo Ministério da Saúde, o jornalista encadeia uma segunda história que narra a diminuição da procura da vacinação por parte da população de todas as regiões brasileiras, mostrando, deste modo, a convergência entre o enredo da primeira e da segunda história. Mas o jornalista prossegue com o encadeamento de novas histórias que vão no sentido disfórico ou nefasto da primeira história, desta vez colocando em cena novos narradores (os pesquisadores) e um novo protagonista (o Estado de São Paulo):

Nos últimos nove meses, 340 brasileiros morreram de febre amarela. E esta não é a única notícia ruim.

Num Estado populoso como São Paulo, os pesquisadores tão perdendo um aliado importantíssimo para estudar as áreas em que existe a ameaça do vírus.

Estou agora em condições de retomar uma questão que deixei em suspenso no parágrafo anterior, a da relação entre a presença da mídia e o desencadeamento de acontecimentos. A literatura que conheço tem sublinhado a natureza perversa desta relação. O meu ponto de vista não diverge desta maneira de ver, mas consiste em mostrar que se trata de um fenómeno inevitável que importa compreender adequadamente. Para o entendermos temos que ter em conta, por um lado, a natureza intersubjetiva da atividade narrativa jornalística, como aliás de qualquer outra atividade narrativa, e, por outro lado, a sua natureza midiática, como aliás de qualquer outra atividade narrativa. Vejamos cada um destes mecanismos.

A percepção da presença do dispositivo midiático, pelo facto de ser um dispositivo narrativo, não pode deixar de desencadear a ocorrência dos factos que está disposto a narrar, tal como o facto de alguém olhar fixamente para um determinado ponto não pode deixar de levar a pessoa que o observa a contar uma história acerca do ponto para o qual está a olhar, de tal modo que se eu quiser que essa pessoa me conta alguma coisa acerca desse ponto tenho à minha disposição uma maneira muito habitual que é olhar para ela.

Por seu lado, o dispositivo midiático que é desencadeado para narrar acontecimentos não pode deixar de desencadear os acontecimentos para a narração dos quais está disposto. O mesmo se passa com os dispositivos naturais. Tomemos como exemplo o dispositivo da fome. Há uma relação de reciprocidade entre o seu desencadeamento e a percepção de um prato suculento. Embora de natureza diferente, a intersubjetividade da atividade midiática narrativa é análoga à reciprocidade que observamos na relação entre os dispositivos naturais e os fenómenos que desencadeiam.

Conclusão

Não pretendi com este texto tratar todas as questões suscitadas pela atividade narrativa jornalística, questões que têm merecido abundantes trabalhos de reconhecido valor. A minha pretensão foi modesta e visou chamar a atenção para o facto de essas questões se inscrevem no quadro da poética enquanto atividade que visa resolver pela linguagem, em cada uma das situações de fala concretas, as aporias com que a experiência humana se confronta. Procurei mostrar que a poética

narrativa é sobretudo a atividade pela qual encontramos a solução para as aporias da experiência do tempo.

Este texto procura, por conseguinte, demarcar-se das preocupações críticas a que habitualmente mobilizam as preocupações dos estudos na área da comunicação. O meu objetivo não é por isso a crítica das narrativas jornalísticas, mas a de procurar compreender a sua relação com a experiência humana. A inspiração para esta tarefa encontra-se, não nas teorias críticas, mas nas atitudes fenomenológicas que consistem numa atitude de disponibilidade para observar concretamente aquilo que as pessoas fazem com os dispositivos de que são dotados. Demarco-me, portanto, dos estudos que consideram as mídias como coisas exteriores à nossa experiência e pretendo, em contrapartida, observar aquilo que as pessoas fazem delas e com elas.

É esta maneira de ver que me levou a descobrir e a sublinhar a natureza intersubjetiva de toda atividade narrativa. Ninguém conta histórias para si, mas provocado por outras e tendo em conta a atividade comunicacional na qual está envolvido com outras pessoas. Este texto é apenas um primeiro passo no caminho desta descoberta. Reconheço que, nas ciências da comunicação, está quase todo por percorrer. A razão da minha escolha tem a ver com o facto de a crítica das narrativas dos outros não contribui para o conhecimento da atividade narrativa das pessoas, ao passo que o entendimento da sua natureza e dos dispositivos que as pessoas mobilizam para a realizarem contribui para a descoberta da sabedoria poética da maneira como as pessoas constituem a sua experiência e encontram, em cada uma das circunstâncias concretas da sua existência, a solução das suas aporias.

Referências

- AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.
- Aristóteles. **Poética**, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.
- BAKHTINE, Mikhail. **Le Marxisme et la Philosophie du Langage**, Paris: ed. de Minuit, 1977.
- BAR-HILLEL, Yehoshua. **Aspects of Language**, Jerusalem, The Magnes Press, Hebrew University and Amsterdam, North-Holland Publ. Comp. 1970.
- BAR-HILLEL, Yehoshua. **Pragmatics of Natural Language**, Dordrecht: North-Holland Publ. Comp. 1971.

- BENVENISTE, Emile. **Problèmes de Linguistique Générale**, Paris: v.2. Gallimard, 1966.
- BECKER, Beatriz. Media e jornalismo como formas de conhecimento: uma metodologia para leitura crítica das narrativas jornalísticas audiovisuais, in **Matrizes**, v.5, n.2, p. 231-250, 2012.
- CITELLI, Adilson (2010) – Comunicação e educação: convergências educacionais. **Comunicação, Mídia e Consumo**, ESPM, 7, 19.
- CORRÊA, Elizabeth Saad & Bertocchi, Daniela. A cena cibercultural do jornalismo contemporâneo: websemântica, algoritmos, aplicativos e curadoria, in **Matrizes**, v.5, n. 2, São Paulo, p. 123-144, 2012.
- DUCROT, Oswald (1984) – **Enunciação e Referente**, in AA.VV. Enciclopédia Einaudi, vol. 2, páginas 368-393 e 418-438.
- KEARNEY, Richard (2002) – **On Stories**, London, Routledge.
- PERES, Ana Cláudia (2016) – **Narrar o outro**: notas sobre a centralidade do testemunho para as narrativas jornalísticas, in Galaxia, São Paulo, online, nº 31, páginas 92-104.
- RICOEUR, Paul (1991) – **Temps et Récit. 1. L’Intrigue et le Récit Historique, 2. La Configuration dans le Récit de Fiction. 3. Le Temps Raconté**, Essais, Paris, ed. du Seuil.
- RODRIGUES, Adriano Duarte (2005) – **A Partitura Invisível**, Lisboa, ed. Colibri, 2ª edição.
- SACKS, Harvey (1995) – **Lectures on Conversation**, Malden, Oxford, Victoria, Blackwell Publishing.
- SILVA, Gislene (2010) – **Leituras de notícias e imaginário**, in Comunicação, Mídia e Consumo, ESPM, 7, 19.

